

Relatório de Atividades

3º Trimestre

CON



TCE SP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - Exercício de 2017



Presidente

Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo

Vice-Presidente

Conselheiro Renato Martins Costa

Corregedor

Conselheiro Antonio Roque Citadini

Conselheiros

Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues

Conselheiro Robson Marinho

Substituído pelos Senhores Auditores Substitutos de Conselheiro conforme abaixo:

07/11/2016 a 04/02/2017

- o **MÁRCIO MARTINS DE CAMARGO**

06/02/2017 a 06/05/2017

- o **ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS**

08/05/2017 a 04/08/2017

- o **JOSUÉ ROMERO**

A partir de 07/08/2017

- o **ANTONIO CARLOS DOS SANTOS**

Conselheira Cristiana de Castro Moraes

Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho

Auditores Substitutos de Conselheiro

Samy Wurman

Alexandre Manir Figueiredo Sarquis

Antonio Carlos dos Santos

Josué Romero

Silvia Monteiro

Valdenir Antonio Polizeli

Márcio Martins de Camargo

Ministério Público de Contas (MPC)

Rafael Neubern Demarchi Costa - Procurador Geral

Celso Augusto Matuck Feres Junior

Elida Graziane Pinto

João Paulo Giordano Fontes

José Mendes Neto

Leticia Formoso Delsin

Rafael Antonio Baldo

Renata Constante Cestari

Thiago Pinheiro Lima

Secretário Diretor-Geral

Sérgio Ciquera Rossi

Diretor Técnico de Departamento - DGA

Carlos Eduardo Correa Malek

Diretor Técnico do Departamento de Tecnologia da Informação – DTI

Fábio Correa Xavier



SUMÁRIO

| | | |
|-----------|----------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1. | CORPO DIRETIVO..... | 7 |
| 2. | CONTAS DO GOVERNADOR | 8 |
| 3. | CONSOLIDAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS FÍSICOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL | 9 |
| 4. | CONSOLIDAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS ELETRÔNICOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL – E-TCESP | 10 |
| 5. | JULGAMENTOS PELO TRIBUNAL PLENO | 10 |
| 6. | JULGAMENTOS PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS | 11 |
| 7. | CORPO DE AUDITORES | 11 |
| 8. | DECISÕES SINGULARES..... | 11 |
| 9. | MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS – MPC | 11 |
| 10. | PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE | 11 |
| 11. | ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL | 12 |
| 11.1. | SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG | 12 |
| 11.1.1. | Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4). | 12 |
| 11.1.2. | DSF's I e II | 12 |
| 11.1.3. | Assessoria Técnico Jurídica – ATJ..... | 13 |
| 11.1.4. | Divisão de Auditoria Eletrônica – AUDESP..... | 13 |
| 11.2. | DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO | 13 |
| 11.2.1. | Diretoria de Contabilidade e Finanças..... | 13 |
| 11.2.1.1. | Planejamento e Orçamento..... | 14 |
| 11.3. | GTP – GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA..... | 20 |
| 11.4. | OUVIDORIA..... | 22 |
| 11.5. | DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | 22 |
| 11.6. | COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL..... | 23 |
| 11.7. | REVISTA DO TCE..... | 24 |
| 11.8. | ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO | 24 |
| 11.9. | CERIMONIAL | 24 |
| 12. | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 25 |
| 13. | ANEXOS..... | 26 |
| 13.1. | ANEXO I – COMUNICADOS EXPEDIDOS PELO TCE-SP | 26 |



LISTA DE TABELAS

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Tabela 1 – Distribuição de Processos Físicos (Conselheiros e Auditores)..... | 9 |
| Tabela 2 - Distribuição de Processos Eletrônicos (Conselheiros e Auditores)..... | 10 |
| Tabela 3 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2017 – Despesas Correntes..... | 16 |
| Tabela 4 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2017 – Despesas de Capital | 16 |
| Tabela 5 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2017 - Despesas Correntes | 17 |
| Tabela 6 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2017 - Despesas de Capital | 17 |
| Tabela 7 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2017 – Empenhado – Despesas Correntes..... | 18 |
| Tabela 8 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2017 – Empenhado – Despesas de Capital | 18 |
| Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2017 – Realizado – Despesas Correntes | 19 |
| Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2017 – Realizado – Despesas de Capital | 19 |



APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 33, § 3º, da Constituição Estadual, c.c. o artigo 3º, inciso IX da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, e artigo 27, inciso XXXV do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, publicado no Diário Oficial do Estado de 15 de dezembro de 2010, o presente RELATÓRIO condensa as principais atividades desenvolvidas no âmbito desta Corte de Contas no decurso do **terceiro trimestre** do exercício de 2017.

No Relatório estão elencadas as atividades relacionadas às ações da Fiscalização Contábil, Financeira, Orçamentária e Patrimonial do Estado e de seus Municípios, exceto a Capital, bem como os aspectos estruturais e administrativos de ordem interna do TCESP.

No 3º trimestre deste ano, o Tribunal de contas conduziu mais **02 (duas) Fiscalizações Ordenadas**, verificando a qualidade dos gastos públicos com a merenda escolar, bem como o andamento das obras públicas conduzidas pelas administrações municipais.

O relatório preliminar da auditoria responsável pela análise da **merenda escolar** apontou que 90,4% das unidades vistoriadas não possuem alvará do Corpo de Bombeiros (AVCB) válido e que 81,87% delas funcionam também com o alvará da Vigilância Sanitária vencido. Ao todo, foram vistoriadas 157 unidades de ensino municipais e 82 estaduais e 11 Escolas Técnicas (ETEC's) de 210 cidades, incluindo a capital.

As fiscalizações apontaram ainda que quase 5% desses colégios mantêm estoques para a merenda fora do prazo de validade e que 23,20% deles não armazenam os mantimentos de maneira apropriada. Os agentes do tribunal localizaram em uma única escola da capital mais de três mil unidades de bebida láctea com prazos de validade iminentes, ou já vencidos. Em outras foram flagrados sacos de feijão vencidos há dois meses, latas enferrujadas e hortaliças sem refrigeração.

Também houve flagrantes de extintores de incêndio fora do período de validade, hidrantes sem mangueira, alimentos armazenados com produtos de limpeza e equipamentos de cozinha quebrados e enferrujados. Havia pombos dentro de um dos refeitórios fiscalizados, enquanto em outro insetos foram encontrados.

A verificação do **andamento de obras públicas** – tema da segunda fiscalização ordenada realizada pelo TCE-SP no terceiro trimestre de 2017 - visitou 212 cidades, revelando obras paralisadas, problemas de execução contratual, atrasos no cronograma de atividades, falta de planejamento e projetos mal elaborados.

Segundo relatório preliminar da Corte, do total de 234 locais fiscalizados, 110 obras (47%) estavam em andamento, enquanto 47 obras (20,09%) encontravam-se paralisadas por problemas contratuais. Somente 77 edificações (32,91%) estavam concluídas.



O relatório indicou, ainda, que 72,34% das situações de paralisação não contavam com a devida justificação, sendo que mais da metade das obras - um percentual de 56,88% - apresentava falhas no cronograma financeiro.

Das 77 concluídas, 29 delas (37%) apresentam falhas visíveis de execução. Dentre essas, 11 (14,29%) não cumprem as finalidades para as quais foram construídas. Mais da metade - 53,25% - também não receberam auto de vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB).

Todos os dados coletados em ambas as fiscalizações ordenadas, incluindo fotos, foram transmitidos em tempo real aos departamentos de Informática e de Fiscalização do TCE-SP. Os relatórios solicitando providências a respeito das diversas irregularidades foram encaminhados aos órgãos fiscalizados pelos Conselheiros-Relatores de processos no âmbito do TCE-SP.

Com relação a eventos e capacitações, o TCE também organizou mais 04 (quatro) encontros da 21ª edição do Ciclo de Debates com Agentes Políticos e Dirigentes Municipais – evento promovido anualmente e que terá, ao todo, 11 reuniões em 2017.

Dirigidas a um público de Prefeitos, Vereadores, Secretários Municipais, administradores e lideranças políticas, os debates conduzidos no 3º trimestre ocorreram nas cidades de Suzano, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Campinas. Os eventos deste ano orientaram gestores públicos sobre temas relacionados às áreas de planejamento, transparência, terceiro setor e controle interno.

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo também promoveu, em agosto, curso sobre repasses públicos ao terceiro setor. O evento - transmitido ao vivo, pela TVTCE - foi direcionado a dirigentes, gestores, servidores de órgãos públicos concessionários e representantes de Organizações da Sociedade Civil (OSC's).

Durante a capacitação, foram apresentados conceitos básicos sobre as mudanças na legislação do setor e transmitidas orientações para a elaboração de prestações de contas. Os instrutores abordaram, ainda, a atuação da Corte de Contas Paulista no controle dos repasses ao Terceiro Setor, discutindo as decisões do Tribunal sobre o tema e as principais irregularidades verificadas nos documentos apresentados ao TCE-SP.

Ainda em agosto, o TCE organizou capacitação sobre controle interno direcionada a servidores das universidades públicas estaduais, com a presença de representantes da Universidade de São Paulo (USP), Universidade Pública de Campinas (Unicamp) e Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP). Durante o curso, foram apresentados fundamentos sobre o assunto e os principais aspectos de governança para a estruturação das controladorias, com o objetivo de orientar os administradores na implementação e planejamento de tais órgãos.



No trimestre, o Tribunal de Contas sediou seminário sobre arbitragens no setor público. Direcionado a servidores, representantes de órgãos fiscalizados pelo TCESP e interessados, a capacitação abordou uso desse mecanismo nas relações entre particulares e a administração pública, bem como as vantagens desse método de negociação na solução de conflitos.

Em setembro, como parte das atividades do Fórum de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro no Estado de São Paulo (FOCCOSP), o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) realizou no auditório da Subsede da Escola Paulista de Contas Públicas (EPCP), debate sobre a Lei Anticorrupção nos municípios paulistas, com a participação de dirigentes, gestores, servidores públicos e demais interessados da região da Araraquara. No encontro foram debatidos temas como acordos de leniência, o Processo Administrativo de Responsabilização (PAR), bem como responsabilidades e sanções administrativas e judiciais.

Por fim, o Tribunal de Contas promoveu, no trimestre, a XV Semana Jurídica do TCE, ocorrida entre os dias 9 e 11 de agosto e contando com um público total de mais de 8 mil pessoas - entre servidores públicos, profissionais de Direito, representantes de órgãos da Administração Pública e estudantes. Cerca de 1.350 participantes estiveram presencialmente no Auditório Nobre Professor José Luiz de Anhaia Mello e mais de 7 mil pessoas acompanharam as transmissões do evento pela Internet.



Sidney Estanislau Beraldo
Presidente



1. CORPO DIRETIVO

No dia 01 de fevereiro de 2017, tomaram posse para o mandato de um ano os Conselheiros SIDNEY ESTANISLAU BERALDO, Presidente, RENATO MARTINS COSTA, Vice-Presidente, e ANTONIO ROQUE CITADINI, Corregedor.

Em decorrência, o Tribunal Pleno e as Câmaras de Julgamento passaram a funcionar com a seguinte composição:

TRIBUNAL PLENO:

Conselheiro **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO – PRESIDENTE**

Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA – VICE-PRESIDENTE**

Conselheiro **ANTONIO ROQUE CITADINI - CORREGEDOR**

Conselheiro **EDGARD CAMARGO RODRIGUES**

Conselheiro **ROBSON MARINHO - Substituído pelos Senhores Auditores Substitutos de Conselheiro conforme abaixo:**

07/11/2016 a 04/02/2017

○ **MÁRCIO MARTINS DE CAMARGO**

06/02/2017 a 06/05/2017

○ **ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS**

08/05/2017 a 04/08/2017

○ **JOSUÉ ROMERO**

A partir de 07/08/2017

○ **ANTONIO CARLOS DOS SANTOS**

Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES**

Conselheiro **DIMAS EDUARDO RAMALHO**

PRIMEIRA CÂMARA:

Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA - PRESIDENTE**

Conselheiro **EDGARD CAMARGO RODRIGUES**

Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES**

SEGUNDA CÂMARA:

Conselheiro **ANTONIO ROQUE CITADINI – PRESIDENTE**

Conselheiro **ROBSON MARINHO- Substituído pelos Senhores Auditores Substitutos de Conselheiro conforme abaixo:**

07/11/2016 a 04/02/2017

○ **MÁRCIO MARTINS DE CAMARGO**

06/02/2017 a 06/05/2017

○ **ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS**

08/05/2017 a 04/08/2017

○ **JOSUÉ ROMERO**

A partir de 07/08/2017

○ **ANTONIO CARLOS DOS SANTOS**

Conselheiro **DIMAS EDUARDO RAMALHO**



2. CONTAS DO GOVERNADOR

Para relatar as contas do Governador do Estado de São Paulo do exercício de 2017 foi designado o eminente Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues.

A indicação do relator das contas estaduais, em cumprimento ao previsto no artigo 38 do Regimento Interno, ocorre sempre no mês de janeiro de cada ano, sob responsabilidade da Presidência da Corte, e prevê que os processos referentes às contas do Governador do Estado obedecerão, na distribuição, ao sistema de rodízio, a começar dos Conselheiros mais antigos.

As Contas do Governo referentes ao **exercício de 2016** foram examinadas pelo Tribunal Pleno em sessão extraordinária ocorrida no dia **21 de junho, às 10h00m**, cuja íntegra encontra-se disponível no Canal do TCE-SP no YouTube:

<http://www.youtube.com/tcespoficial>

Os Conselheiros acompanharam as conclusões do relator do processo, Antonio Roque Citadini e, por unanimidade, votaram pela emissão de parecer favorável à aprovação das contas, com alerta, recomendações e ressalvas.

Em consonância com o previsto no artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93, e segundo os termos da Constituição Estadual, após o trânsito em julgado da decisão, o parecer será remetido à Assembleia para análise e posterior julgamento das contas.

A sessão foi comandada pelo presidente Sidney Estanislau Beraldo e integrada pelo relator e pelos Conselheiros Edgard Camargo Rodrigues, Renato Martins Costa, Cristiana de Castro Moraes, Dimas Eduardo Ramalho e pelo Auditor Substituto de Conselheiro Josué Romero. Os Procuradores Rafael Neubern Demarchi Costa e Luiz Menezes Neto representaram o Ministério Público de Contas e a Procuradoria da Fazenda do Estado, respectivamente.



3. CONSOLIDAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS FÍSICOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL

No 3º trimestre de 2017, foram distribuídos aos julgadores **849** processos físicos, conforme classificação abaixo.

Tabela 1–Distribuição de Processos Físicos (Conselheiros e Auditores)

| MATÉRIA | TOTAL |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| ACESSÓRIO - 1 ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL | 1 |
| APARTADO DE PREFEITURA MUNICIPAL | 1 |
| BALANÇO GERAL DO EXERCÍCIO | 1 |
| CONSULTA | 1 |
| CONTRATO | 12 |
| CONVÊNIO – REPASSES PÚBLICOS TERCEIRO SETOR - ENTIDADE PRIVADA | 2 |
| CONVÊNIO – REPASSES A ÓRGÃOS PÚBLICOS | 2 |
| EXECUCAO DE OBRAS E SERVICOS INST. 2/96 | 2 |
| IRREGULARIDADES | 2 |
| PRESTAÇÃO DE CONTAS – REPASSES TERCEIRO SETOR - ENTIDADE PRIVADA - CONVÊNIO | 36 |
| PRESTAÇÃO DE CONTAS – REPASSES TERCEIRO SETOR - CONTRATO DE GESTÃO, TERMO DE PARCERIA, CONVÊNIO | 61 |
| PRESTAÇÃO DE CONTAS - REPASSES TERCEIRO SETOR - AUXÍLIOS, SUBVENÇÕES E CONTRIBUIÇÕES | 2 |
| PRESTAÇÃO DE CONTAS - REPASSES ÓRGÃOS PÚBLICOS - AUXÍLIOS, SUBVENÇÕES E CONTRIBUIÇÕES | 4 |
| PRESTAÇÃO DE CONTAS - REPASSES ÓRGÃOS PÚBLICOS - CONVÊNIOS | 69 |
| RECURSO ORDINÁRIO | 623 |
| REPRESENTAÇÃO | 14 |
| RESCISÃO DE JULGADO | 9 |
| REVISÃO DE JULGADO | 7 |
| TOTAL DE PROCESSOS FÍSICOS | 849 |



4. CONSOLIDAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS ELETRÔNICOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL – E-TCESP

No 3º trimestre de 2017, foram distribuídos **4.645** processos eletrônicos, conforme classificação abaixo.

Tabela 2 - Distribuição de Processos Eletrônicos (Conselheiros e Auditores)

| ELETRÔNICOS – JULHO – SETEMBRO - 2017 | | | | | | | | | |
|---------------------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|-------------------------|--------------------|--------------|
| MATÉRIA | RELATOR | | | | | | Gabinete da Presidência | Corpo de Auditores | Total Geral |
| | Cons. ARC | Cons. ECR | Cons. RMC | Cons. RRM | Cons. CCM | Cons. DER | | | |
| Ações | | | | | | | 18 | | 18 |
| Adiantamentos | 10 | 12 | 11 | 11 | 11 | 10 | 4 | | 69 |
| Apartados | | | | | | | | 78 | 78 |
| Atos de Pessoal | 12 | 15 | 10 | 13 | 12 | 9 | | 840 | 911 |
| Balanço Geral do Exercício | | 1 | 1 | | | 1 | | 2 | 5 |
| Contas do Governador | | 2 | | | | | | | 2 |
| Contratos | 146 | 185 | 223 | 236 | 162 | 188 | 13 | 191 | 1344 |
| Controle de Prazos | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 | | 14 | 56 |
| EPE | 137 | 139 | 124 | 131 | 112 | 132 | 1 | | 776 |
| Inominados | | 28 | 40 | 19 | 42 | 44 | 219 | 8 | 400 |
| Recursos | 33 | 15 | 20 | 18 | 24 | 9 | 331 | 12 | 462 |
| Relatório de Fiscalização | | | | 1 | 1 | | | | 2 |
| Repasse Públicos | 36 | 46 | 46 | 37 | 46 | 31 | 8 | 222 | 472 |
| Representação | 1 | 1 | 11 | 6 | 26 | 4 | 1 | | 50 |
| Total Geral | 382 | 451 | 493 | 479 | 443 | 435 | 595 | 1367 | 4.645 |

| | |
|---------------------------------------------------------------------|--------------|
| TOTAL GERAL – PROCESSOS DISTRIBUÍDOS – FÍSICOS + ELETRÔNICOS | 5.494 |
|---------------------------------------------------------------------|--------------|

5. JULGAMENTOS PELO TRIBUNAL PLENO

No 3º trimestre do presente exercício, foram realizadas **11 Sessões Ordinárias**. Nessas sessões, o Tribunal Pleno:

- Apreciou **584 processos**, devidamente inseridos nas pautas de julgamento publicadas na Imprensa Oficial
- Analisou **714 representações** em Sede de Exame Prévio de Edital, quando o Tribunal, antecipadamente, aprecia editais de licitação lançados pelos órgãos jurisdicionados, aos quais recaem impugnações levadas ao conhecimento da Corte de Contas, antes do recebimento das propostas

No período, o Egrégio Plenário se reuniu em **03 Sessões** para tratar de assuntos internos de **natureza administrativa**.



6. JULGAMENTOS PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS

As Câmaras do Tribunal de Contas se reuniram **11 vezes** cada uma, em Sessões Ordinárias, sendo apreciados **778 processos pela Primeira Câmara** e **1052 pela Segunda Câmara**, conforme decisões publicadas na Imprensa Oficial.

7. CORPO DE AUDITORES

O Corpo de Auditores é constituído por sete ocupantes do Cargo de Auditor, que foi criado pela Lei Complementar nº 979, de 8 de dezembro de 2005.

Entre outras competências previstas no Regimento Interno e Resoluções Nºs 01/2012, 03/2012, 02/2013 e 09/2014, ressalta-se a substituição dos Senhores Conselheiros em suas ausências e impedimentos.

No 3º Trimestre de 2017 tramitaram pelo Corpo de Auditores **5.332 processos**, incluindo físicos e eletrônicos. No mesmo período, **2.012 autos** receberam julgamento, enquanto **701** foram objeto de despacho de deferimento.

8. DECISÕES SINGULARES

No 3º trimestre de 2017 foram proferidas **2.526 sentenças**. Destas, **514** foram exaradas pelos Senhores Conselheiros, e **2.012**, pelos Senhores Auditores, em processos autuados para exame de atos de admissão de pessoal, aposentadorias, prestações de contas da aplicação de auxílios e/ou subvenções, prestações de contas de adiantamentos, termos contratuais e atos jurídicos análogos.

Mencionadas decisões monocráticas foram devidamente publicadas no Diário Oficial do Estado, em respeito às normas legais que regem a matéria.

9. MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS – MPC

O Ministério Público de Contas, instituído pela Lei Complementar 1.110/2010 junto a este Tribunal, conta com **09 Procuradores** e tem suas atribuições definidas no Capítulo VII do Regimento Interno do TCE/SP. No período, tramitaram pelo Ministério Público **8.416 processos**, incluindo físicos e eletrônicos.

10. PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE

Na conformidade do artigo 5º da Lei Complementar nº 709/93, combinado com o artigo 60 do Regimento Interno, faz-se compulsório o trânsito pela Procuradoria da Fazenda do Estado (junto ao Tribunal de Contas) de todos os processos que envolvam utilização de recursos do Tesouro Estadual. No 3º Trimestre de 2017, a P.F.E se manifestou em **1.840 feitos**.



11. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL

11.1. SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG

Compete à Secretaria-Diretoria Geral a responsabilidade de supervisionar ações da fiscalização exercidas pelo Tribunal, bem como dar assistência às sessões do Tribunal Pleno e Câmaras, na conformidade do disposto nos Artigos 211 a 213 do Regimento Interno.

O Senhor Secretário-Diretor Geral, no trimestre, manifestou-se em **1.178** processos.

11.1.1. Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4).

Os setores de Pauta, Taquigrafia e Jurisprudência, subordinados à SDG, são responsáveis pela inclusão dos processos na Ordem do Dia, assim como pela publicação e acompanhamento das pautas de julgamentos (com a elaboração dos serviços de taquigrafia que condensam todos os relatórios e discussões que precedem os julgamentos nas sessões) e pela elaboração de atas e notas taquigráficas.

Responsabilizam-se também pela pesquisa e elaboração de certidões e pela administração da relação de responsáveis por contas julgadas irregulares que é disponibilizada à Justiça Eleitoral.

Considerando a 1ª Câmara, 2ª Câmara e o Tribunal Pleno, foram pautados, no período, **3.128 processos**, dos quais **230** resultaram em notas taquigráficas.

A seção de Jurisprudência, em cumprimento à Resolução CNJ 156/12, emitiu **1.436 certidões**. Desse quantitativo, **13** foram requisitadas via protocolo do TCESP (Sede e Regionais) e **1.423** via INTERNET.

11.1.2. DSF's I e II

Aos Departamentos de Supervisão e Fiscalização I e II, que respondem à SDG, estão afetas **10 Diretorias de Fiscalização (DF's)**, **01 Diretoria de Contas do Governador (DCG)** e **20 Unidades Regionais (UR's)**.

Considerando as áreas municipais e estaduais, foram instruídos **20.979 processos** por ambos os Departamentos de Supervisão e Fiscalização, tendo os dois, adicionalmente, realizado exames "in loco" na conformidade dos roteiros organizados internamente.

| | DSF-I | DSF-II |
|-----------------------|--------|--------|
| Processos Físicos | 3.880 | 2.254 |
| Processos Eletrônicos | 8.107 | 6.738 |
| TOTAL | 11.987 | 8.992 |



11.1.3. Assessoria Técnico Jurídica – ATJ

Área técnica, subordinada à Secretaria-Diretoria Geral, é responsável pela análise dos aspectos jurídicos, econômicos e de engenharia dos processos afetos à atividade do Tribunal.

No trimestre, a Assessoria Técnico-Jurídica exarou **11.534 manifestações** em processos que lhe foram submetidos.

11.1.4. Divisão de Auditoria Eletrônica – AUDESP

A Divisão de Auditoria Eletrônica é a área responsável pelo gerenciamento, manutenção e desenvolvimento do Sistema AUDESP que coleta, por meio da tecnologia da informação, dados orçamentários, contábeis, financeiros, patrimoniais e operacionais das entidades jurisdicionadas. O sistema aumentou a agilidade e a qualidade do trabalho, e, como consequência natural, elevou o grau de eficiência desta Corte de Contas no cumprimento da sua missão constitucional de fiscalizar e controlar as contas públicas paulistas em benefício da sociedade.

A Divisão de Auditoria Eletrônica também subsidia e apoia a ação fiscalizatória do Tribunal por meio de indicadores e informações estratégicas que direcionam o planejamento da inspeção nos órgãos jurisdicionados.

No terceiro trimestre de 2017, a Audeps efetuou **2.287 atendimentos** por meio de e-mails e **95** por telefone. A maioria das solicitações se referia ao próprio Sistema AUDESP - Módulos I, II, III e IV - e ao IEGM (Índice de Efetividade da Gestão Municipal).

11.2. DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento subordinado à Presidência e responsável pela atividade meio do TCESP (Área Administrativa). É composto por 02 Seções de Apoio Administrativo (DGA-1 e DGA-2) e 10 Diretorias.

O Diretor Geral de Administração, no trimestre, manifestou-se em **3.114** processos.

11.2.1. Diretoria de Contabilidade e Finanças

Responsável pela execução orçamentária do Tribunal. Efetua o acompanhamento sistemático do orçamento aprovado por lei, dando ênfase à receita e despesa realizadas. Apresenta relatórios à Presidência por período.



11.2.1.1. Planejamento e Orçamento

O Orçamento do Estado para o corrente exercício, aprovado pela Lei nº 16.347, de 29 de dezembro de 2016, que “Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2017”, foi elaborado em observância à Lei nº 16.291, de 20 de julho de 2016, que “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para 2017”.

A dotação para as despesas deste Tribunal de Contas do Estado foi fixada em **R\$ 882.290.386,00**, sendo **R\$ 882.290.346,00** para Despesas Correntes, inclusive de Pessoal e Encargos, e **R\$ 40,00** para as Despesas de Capital.

O processo de execução do Orçamento do Estado é regulamentado pela Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e obedece às normas estabelecidas para o exercício: a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 16.291/16), o Decreto nº 62.413 (de 06 de janeiro de 2017), que fixa normas para a Execução Orçamentária e Financeira do Exercício de 2017, e a Portaria Conjunta CAF-CCE-CO-001, de 11 de janeiro de 2017.

A Programação Orçamentária da Despesa do Estado (PODE) é a constante do Anexo do Decreto de Execução Orçamentária e Financeira do exercício de 2017 (Decreto nº 62.413/17) e reflete as dotações orçamentárias aprovadas na Lei do Orçamento.

Com relação às alterações orçamentárias ocorridas até o presente momento, foram concedidas suplementações ao orçamento vigente com recursos provenientes do excesso de arrecadação, incluindo a receita diferida da Fonte 3 - Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa do TCE, devidamente confirmados pela Secretaria da Fazenda, no valor total de **R\$ 7.000.000,00**, por meio dos expedientes gerados no Sistema de Alterações Orçamentárias (SAO) da Secretaria de Planejamento e Gestão, conforme a seguir:

1 – SAO Nº 02001/2017-4-0004, concluído em 08/02/2017, no valor total de **R\$ 3.000.000,00**, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 3 - Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa-, confirmados na informação CAF nº 020030-1/2017, de 02/02/2016, na seguinte conformidade: **R\$ 100.000,00** na Ação 1.361 - Plano de Investimentos do TCE destinados às obras na Regional de Araraquara e **R\$ 2.900.000,00** na Ação 4.821 - Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária, sendo **R\$ 1.500.000,00** para aquisição de material permanente (hardware para novas tecnologias), renovação do parque tecnológico e mobiliários diversos, e **R\$ 1.400.000,00** para continuidade do Projeto Athena, firmado com a PRODESP, bem como o desenvolvimento de softwares.



2 – SAO Nº 02001/2017-4-0005, concluído em 23/02/2017, no **valor total de R\$ 3.000.000,00**, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 3 - Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa, confirmados na Informação CAF nº 020030-3/2017, de 20/02/2017, na seguinte conformidade: **R\$ 15.000,00** na Ação 1.361 - Plano de Investimentos do TCE destinados às obras de construção do muro na Unidade Regional de Araras - e **R\$ 2.985.000,00** na Ação 4.821 - Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária, sendo **R\$ 2.000.000,00** para despesas com contratos Prodesp (manutenção do Sistema Audesp), e **R\$ 985.000,00** para aquisição de mobiliário e equipamentos de informática para a Sede (São Paulo – Capital);

3 – SAO Nº 02001/2017-4-0007, concluído em 08/06/2017, no valor total de **R\$ 1.000.000,00**, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 3 - Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa, confirmados na Informação CAF nº 020030-4/2017, de 06/06/2017, na seguinte conformidade: **R\$ 1.000.000,00** na Ação 4.821 – Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária, destinados à modernização do Datacenter, por meio de aquisição de computadores, servidores, discos e outros equipamentos de infraestrutura para a Sede (São Paulo – Capital).

Mediante a publicação do Decreto Nº 62.469, de 16 de fevereiro de 2017, foram transferidos recursos orçamentários do Tribunal de Contas no valor de **R\$ 88.000,00** para a Secretaria da Fazenda, conta da Fonte 1 - Tesouro, visando à cobertura de despesas correntes para o atendimento dos serviços de apoio educacional e operacional (creches), conforme Termo de Cooperação Mutua celebrado entre o Governo do Estado e o Tribunal de Contas do Estado nos termos do expediente SAO nº 20006/2017-1-00001.

Os quadros abaixo demonstram a Programação Inicial dos recursos destinados ao Tribunal de Contas no Orçamento do Estado para 2017. Em seguida, a Execução Orçamentária, detalhando as alterações mensais na programação inicial, bem como os valores Empenhados e Realizados até o mês de março do corrente exercício.

Observa-se que os dados do último mês do trimestre são sempre provisórios, uma vez que o encerramento do mês no SIAFEM ocorre por volta do dia 18 do mês seguinte.



Tabela 3 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2017 – Despesas Correntes

| DESPESAS CORRENTES | | | | | | |
|--------------------|--------------------|-------------------|------------------|----------|-------------------|--------------------|
| MÊS | PESSOAL | OUTRAS CORRENTES | | | TOTAL | TOTAL |
| | FONTE 1 | FONTE 1 | FONTE 3 | FONTE 5 | OUTRAS | CORRENTES |
| Janeiro | 66.911.606 | 6.189.918 | 393.228 | - | 6.583.146 | 73.494.752 |
| Fevereiro | 66.911.606 | 6.189.918 | 393.228 | - | 6.583.146 | 73.494.752 |
| Março | 66.911.606 | 6.189.918 | 393.228 | - | 6.583.146 | 73.494.752 |
| Abril | 66.911.606 | 6.189.918 | 393.228 | - | 6.583.146 | 73.494.752 |
| Maiο | 66.911.606 | 6.189.918 | 393.228 | - | 6.583.146 | 73.494.752 |
| Junho | 66.911.606 | 6.189.918 | 393.228 | - | 6.583.146 | 73.494.752 |
| Julho | 66.911.606 | 6.189.918 | 393.228 | - | 6.583.146 | 73.494.752 |
| Agosto | 66.911.606 | 6.189.918 | 393.228 | - | 6.583.146 | 73.494.752 |
| Setembro | 66.911.606 | 6.189.918 | 393.228 | - | 6.583.146 | 73.494.752 |
| Outubro | 66.911.606 | 6.189.918 | 393.228 | - | 6.583.146 | 73.494.752 |
| Novembro | 66.911.606 | 6.189.918 | 393.228 | - | 6.583.146 | 73.494.752 |
| Dezembro | 67.232.992 | 6.219.960 | 395.122 | - | 6.615.082 | 73.848.074 |
| TOTAL | 803.260.658 | 74.309.058 | 4.720.630 | - | 79.029.688 | 882.290.346 |

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 4 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2017 – Despesas de Capital

| DESPESAS DE CAPITAL | | | | | |
|---------------------|-----------|-----------|----------|-----------|--------------------|
| MÊS | | | | TOTAL | TOTAL |
| | FONTE 1 | FONTE 3 | FONTE 5 | CAPITAL | GERAL |
| Janeiro | - | 2 | - | 2 | 73.494.754 |
| Fevereiro | - | 2 | - | 2 | 73.494.754 |
| Março | - | 2 | - | 2 | 73.494.754 |
| Abril | - | 2 | - | 2 | 73.494.754 |
| Maiο | - | 2 | - | 2 | 73.494.754 |
| Junho | - | 2 | - | 2 | 73.494.754 |
| Julho | - | 2 | - | 2 | 73.494.754 |
| Agosto | - | 2 | - | 2 | 73.494.754 |
| Setembro | - | 2 | - | 2 | 73.494.754 |
| Outubro | - | 2 | - | 2 | 73.494.754 |
| Novembro | - | 2 | - | 2 | 73.494.754 |
| Dezembro | 10 | 8 | - | 18 | 73.848.092 |
| TOTAL | 10 | 30 | - | 40 | 882.290.386 |

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais



Tabela 5 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2017 - Despesas Correntes

| DESPESAS CORRENTES | | | | | | |
|--------------------|--------------------|-------------------|------------------|---------|-------------------|--------------------|
| MÊS | PESSOAL | OUTRAS CORRENTES | | | TOTAL | TOTAL |
| | | FONTE 1 | FONTE 3 | FONTE 5 | OUTRAS | CORRENTES |
| Janeiro | 66.911.606 | 6.189.918 | 393.228 | - | 6.583.146 | 73.494.752 |
| Fevereiro | 66.911.606 | 6.101.918 | 3.793.228 | - | 9.895.146 | 76.806.752 |
| Março | 66.911.606 | 6.189.918 | 393.228 | - | 6.583.146 | 73.494.752 |
| Abril | 66.911.606 | 6.189.918 | 393.228 | - | 6.583.146 | 73.494.752 |
| Maio | 66.911.606 | 6.189.918 | 393.228 | - | 6.583.146 | 73.494.752 |
| Junho | 66.911.606 | 6.189.918 | 393.228 | - | 6.583.146 | 73.494.752 |
| Julho | 66.911.606 | 6.189.918 | 393.228 | - | 6.583.146 | 73.494.752 |
| Agosto | 66.911.606 | 6.189.918 | 393.228 | - | 6.583.146 | 73.494.752 |
| Setembro | 66.911.606 | 6.189.918 | 393.228 | - | 6.583.146 | 73.494.752 |
| Outubro | 66.911.606 | 6.189.918 | 393.228 | - | 6.583.146 | 73.494.752 |
| Novembro | 66.911.606 | 6.189.918 | 393.228 | - | 6.583.146 | 73.494.752 |
| Dezembro | 67.232.992 | 6.219.960 | 395.122 | - | 6.615.082 | 73.848.074 |
| TOTAL | 803.260.658 | 74.221.058 | 8.120.630 | - | 82.341.688 | 885.602.346 |

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 6 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2017 - Despesas de Capital

| DESPESAS DE CAPITAL | | | | | |
|---------------------|-----------|------------------|---------|------------------|--------------------|
| MÊS | | | | TOTAL | TOTAL |
| | FONTE 1 | FONTE 3 | FONTE 5 | CAPITAL | CORRENTE+CAPITAL |
| Janeiro | - | 2 | - | 2 | 73.494.754 |
| Fevereiro | - | 2.600.002 | - | 2.600.002 | 79.406.754 |
| Março | - | 2 | - | 2 | 73.494.754 |
| Abril | - | 2 | - | 2 | 73.494.754 |
| Maio | - | 2 | - | 2 | 73.494.754 |
| Junho | - | 2 | - | 2 | 73.494.754 |
| Julho | - | 1.000.002 | - | 1.000.002 | 74.494.754 |
| Agosto | - | 2 | - | 2 | 73.494.754 |
| Setembro | - | 2 | - | 2 | 73.494.754 |
| Outubro | - | 2 | - | 2 | 73.494.754 |
| Novembro | - | 2 | - | 2 | 73.494.754 |
| Dezembro | 10 | 8 | - | 18 | 73.848.092 |
| TOTAL | 10 | 3.600.030 | - | 3.600.040 | 889.202.386 |

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais – PROMOEX



Tabela 7 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2017 – Empenhado – Despesas Correntes

| DESPESAS CORRENTES | | | | | | |
|--------------------|-----------------------|----------------------|---------------------|----------|----------------------|-----------------------|
| MÊS | PESSOAL | OUTRAS CORRENTES | | | TOTAL | TOTAL |
| | | FONTE 1 | FONTE 3 | FONTE 5 | OUTRAS | CORRENTES |
| Janeiro | 66.911.605,30 | 36.393.488,32 | 979.363,95 | - | 37.372.852,27 | 104.284.457,57 |
| Fevereiro | 58.993.130,22 | 6.967.419,47 | 3.976.235,21 | - | 10.943.654,68 | 69.936.784,90 |
| Março | 62.617.019,11 | 6.607.963,82 | 56.451,31 | - | 6.664.415,13 | 69.281.434,24 |
| Abril | 61.798.896,91 | 1.997.278,00 | 71.648,92 | - | 2.068.926,92 | 63.867.823,83 |
| Mai | 59.779.305,17 | 4.947.939,08 | 56.389,19 | - | 5.004.328,27 | 64.783.633,44 |
| Junho | 62.793.169,55 | 1.306.385,29 | 57.401,78 | - | 1.363.787,07 | 64.156.956,62 |
| Julho | 61.960.372,42 | 2.943.380,44 | 51.467,34 | - | 2.994.847,78 | 64.955.220,20 |
| Agosto | 60.047.851,21 | 2.071.702,07 | 385.129,90 | - | 2.456.831,97 | 62.504.683,18 |
| Setembro | 63.918.200,34 | 3.211.136,16 | 680.742,80 | - | 3.891.878,96 | 67.810.079,30 |
| TOTAL | 558.819.550,23 | 57.411.018,98 | 6.314.830,40 | - | 72.761.523,05 | 631.581.073,28 |

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 8 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2017 – Empenhado – Despesas de Capital

| DESPESAS DE CAPITAL | | | | | |
|---------------------|----------|---------------------|----------|---------------------|-----------------------|
| MÊS | | | | TOTAL | TOTAL |
| | FONTE 1 | FONTE 3 | FONTE 5 | CAPITAL | GERAL |
| Janeiro | - | - | - | - | 104.284.457,57 |
| Fevereiro | - | 213.986,73 | - | 213.986,73 | 70.150.771,63 |
| Março | - | 27.378,60 | - | 27.378,60 | 69.308.812,84 |
| Abril | - | 77.023,79 | - | 77.023,79 | 63.944.847,62 |
| Mai | - | 26.663,97 | - | 26.663,97 | 64.810.297,41 |
| Junho | - | - | - | - | 64.156.956,62 |
| Julho | - | 30.938,40 | - | 30.938,40 | 64.986.158,60 |
| Agosto | - | 1.104.734,87 | - | 1.104.734,87 | 63.609.418,05 |
| Setembro | - | 11.509,97 | - | 11.509,97 | 67.821.589,27 |
| TOTAL | - | 1.492.236,33 | - | 1.492.236,33 | 633.073.309,61 |

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais – PROMOEX



Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2017 – Realizado – Despesas Correntes

| DESPESAS CORRENTES | | | | | | |
|--------------------|-----------------------|----------------------|---------------------|---------|----------------------|-----------------------|
| MÊS | PESSOAL | OUTRAS CORRENTES | | | TOTAL | TOTAL |
| | | FONTE 1 | FONTE 3 | FONTE 5 | OUTRAS | CORRENTES |
| Janeiro | 65.021.298,94 | 2.430.086,64 | 76.498,84 | - | 2.506.585,48 | 67.527.884,42 |
| Fevereiro | 60.883.436,58 | 4.924.901,81 | 772.179,40 | - | 5.697.081,21 | 66.580.517,79 |
| Março | 62.617.019,11 | 5.438.084,83 | 103.083,45 | - | 6.377.050,28 | 68.994.069,39 |
| Abril | 61.798.896,91 | 5.357.491,84 | 83.096,92 | - | 5.440.588,76 | 67.239.485,67 |
| Mai | 59.779.305,17 | 6.123.875,16 | 286.236,31 | - | 6.410.111,47 | 66.189.416,64 |
| Junho | 62.793.169,55 | 5.196.187,37 | 351.987,44 | - | 5.548.174,81 | 63.341.344,36 |
| Julho | 61.960.372,42 | 6.312.901,91 | 352.638,55 | - | 6.665.540,46 | 68.625.912,88 |
| Agosto | 60.047.851,21 | 5.626.630,66 | 467.291,44 | - | 6.093.922,10 | 66.141.773,31 |
| Setembro | 63.918.200,34 | 5.341.911,94 | 226.932,84 | - | 5.568.844,78 | 69.487.015,12 |
| TOTAL | 372.817.117,70 | 28.661.172,65 | 1.673.082,36 | - | 50.307.899,35 | 609.127.449,58 |

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2017 – Realizado – Despesas de Capital

| DESPESAS DE CAPITAL | | | | | |
|---------------------|---------|-------------------|---------|-------------------|-----------------------|
| MÊS | | | | TOTAL | TOTAL |
| | FONTE 1 | FONTE 3 | FONTE 5 | CAPITAL | GERAL |
| Janeiro | - | - | - | - | 67.527.884,42 |
| Fevereiro | - | - | - | - | 66.580.517,79 |
| Março | - | 485,00 | - | 485,00 | 68.994.554,39 |
| Abril | - | 56.251,88 | - | 56.251,88 | 67.295.737,55 |
| Mai | - | 127.974,60 | - | 127.974,60 | 66.317.391,24 |
| Junho | - | 16.753,00 | - | 16.753,00 | 68.358.097,36 |
| Julho | - | 76.713,75 | - | 76.713,75 | 68.702.626,63 |
| Agosto | - | 73.474,85 | - | 73.474,85 | 66.215.248,16 |
| Setembro | - | 7.780,26 | - | 7.780,26 | 69.494.825,38 |
| TOTAL | - | 359.433,34 | - | 359.433,34 | 609.486.882,92 |

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1- Tesouro do Estado

Fonte 3- Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5- Recursos Vinculados Federais – PROMOEX

Em cumprimento ao disposto no artigo 170, parágrafo 2º, da Constituição do Estado de São Paulo, os Balancetes Bimestrais da Execução Orçamentária do Tribunal de Contas, referentes ao 1º, 2º e 3º bimestres, foram publicados no Diário Oficial do Estado do dia 31 de março, 31 de maio e 02 de agosto de 2017.



11.3. GTP – GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA

Subordinado à Presidência, é responsável pelo Assessoramento no exame preliminar dos pressupostos de recursos, ações de rescisão e revisão, representações e expedientes diversos. Atua na área do contencioso, representando o Tribunal de Contas nos feitos judiciais.

O GTP, no terceiro trimestre, manifestou-se em **1.780** procedimentos/processos - físicos e eletrônicos - relacionados à atividade fim ou à área administrativa.

O Contencioso-GTP prestou **31 informações** em auxílio à Procuradoria Geral do Estado, além de realizar o acompanhamento de **652 ações judiciais** em que este Tribunal é parte (polo passivo) e de **117 processos** judiciais a pedido dos Eminentes Conselheiros, promovendo manifestações sempre que oportuno.

Ao GTP também estão subordinados:

- **Escola Paulista de Contas Públicas**

No trimestre, foram realizados **89 eventos**, dentre reuniões, cursos internos e externos. Merecem destaque os seguintes:

- **XV Semana Jurídica, realizada entre os dias 09 e 11 de agosto**, e que reuniu nomes como o de Nelson Jobim, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE); **Silvio Luiz Ferreira da Rocha**, juiz federal da 10ª Vara Criminal de São Paulo (especializada em crimes contra o sistema financeiro e lavagem de dinheiro); **Maria Sylvia Zanella di Pietro**, professora de pós-graduação em Direito da USP e Procuradora do Estado aposentada; **Marcos de Barros Lisboa**, ex-secretário de política econômica do Ministério da Fazenda; **Ives Gandra Martins**, jurista, advogado, professor emérito da Universidade Mackenzie e da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (Eceme) e presidente do Conselho de Estudos Jurídicos da Federação do Comércio do Estado de São Paulo; **Cássio Cunha Lima**, Senador da República e **Alexandre de Moraes**, Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

Durante a abertura do encontro, **no dia 09 de agosto**, o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Nelson Jobim declarou que o sistema eleitoral brasileiro está “superado”. “Os partidos discutem questões nacionais e os candidatos, problemas regionais. Nosso sistema foi eficiente, mas está superado, esgotado”, disse.

Os debates continuaram na quinta-feira, **10 de agosto**, com apresentações do Juiz Federal Silvio Luiz Ferreira da Rocha. Na ocasião, Rocha afirmou que menos de 0,5% dos casos de corrupção praticados no Brasil são apurados e penalizados.

A Professora de Pós-Graduação em Direito da USP e Procuradora do Estado aposentada Maria Sylvia Zanella di Pietro, o ex-secretário de política econômica do Ministério da Fazenda Marcos de Barros Lisboa, o Jurista Ives Gandra Martins e o Senador Cássio Cunha Lima deram continuidade à programação do dia.



Em sua palestra, Gandra declarou que os Tribunais de Contas devem verificar as informações oferecidas pelos delatores que negociam com os investigadores da Operação Lava-Jato. Já Lisboa censurou o sistema previdenciário e o excesso de incentivos e desonerações no país. Segundo ele, esses benefícios estão entre as causas do déficit fiscal que provou a maior crise da história.

Encerrando a edição da Semana Jurídica deste ano, o Ministro do STF Alexandre de Moraes criticou a proposta para acabar com cargos vitalícios em Cortes superiores. Na semana passada, a ideia de criar mandatos de dez anos no Supremo e Tribunais de Contas foi aprovada em uma comissão especial da Câmara dos Deputados que analisava a Reforma Política. Hoje os cargos nessas instituições são vitalícios e a aposentadoria é compulsória aos 75 anos.

Uma apresentação do Coral 'Somos Iguais', formado por refugiados que vivem na cidade de São Paulo, marcou o final do encontro. Apadrinhados pelo maestro João Carlos Martins, considerado um dos maiores pianistas do mundo, as crianças e os adolescentes foram aplaudidos de pé quando cantaram 'The Lord' e 'Your the Voice'.

- **Cursos:** AUDESP – Fases III e IV – São Paulo; Curso de Oratória para o Público Interno; Repasses Públicos ao 3º Setor; 7º Ciclo de Debates Sede (Suzano); Gestão de Contratos; Licitações e Contratos – A Jurisprudência e o Exame Prévio de Edital – Itapeva; Controle Interno – Araraquara; Palestra sobre Liderança e Coaching.
- **Biblioteca – 3.834** empréstimos de livros realizados, sendo **1.886** por meio do Sistema Online Sophia e **1.948** presenciais.

| 3º Trimestre - 2017 | Quantidade De Eventos | Nº de Participantes | Acessos "on-line" |
|---------------------------------------------------------------|-----------------------|---------------------|-------------------|
| Reuniões Pedagógicas | 19 | 149 | - |
| Cursos/Eventos Nas dependências da EPCP e/ou Auditórios TCESP | 48 | 4.182 | 2.316 |
| Cursos/Eventos Em outros Tribunais de Contas | - | - | - |
| Cursos/Simpósios na Editora NDJ | 05 | 16 | - |
| Cursos/Eventos Em outras dependências ou Instituições | 17 | 3.085 | 101 |
| TOTAL | 89 | 7.431 | 2.316 |
| Cursos de Curta Duração - Externos | 15 | 19 | - |
| TOTAL | 104 | 7.450 | |

11.4. OUVIDORIA

Instituída pela Resolução nº 03/2015 - DOE 12/03/2015 - realizou **1.623 atendimentos** neste Trimestre. Destaque para o atendimento de **428 solicitações** por meio do Whatsapp.

A Ouvidoria também é responsável pelo **Serviço de Informação ao Cidadão SIC**, que, no período, respondeu a **87 pedidos** de informações. Abaixo, um resumo dos atendimentos prestados.



No trimestre, as áreas técnicas da Corte atenderam a **6.763 solicitações** de suporte a sistemas, todas registradas pelos requerentes via Portal da Ouvidoria.

11.5. DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Subordinado à Presidência e composto pela Seção Técnica de Gestão e Relacionamento (DTI-1); Seção Técnica de Segurança da Informação (DTI-2); Divisão de Sistemas (DSIS) e Divisão de Tecnologia (DTEC), presta assessoria na área de Informática. É responsável pela análise e acompanhamento de atividades voltadas à tecnologia da informação, como testes de segurança de sistemas; homologação de softwares; operação e monitoramento de sistemas; implementação de novas soluções de tecnologia; gerenciamento da plataforma de envio e recebimento de e-mails corporativos e manutenção e distribuição de equipamentos.

No trimestre, organizou reuniões e treinamentos diversos com apoio do Comitê Estratégico, AUDESP e demais áreas da Casa.

O DTI atendeu a **2.375 chamados** de usuários internos, **1.479 chamados de usuários** externos, **2.255 ligações** de usuários externos, respondendo ainda a **966 solicitações** via WebChat. O Departamento atuou também na implementação e melhoria de soluções tecnológicas, como a disponibilização do sistema de Contribuição de Iluminação (CIP); a disponibilização do Sistema Chronos para a contagem de tempo de serviço; a disponibilização da nova Pesquisa de Jurisprudência na Intranet; a evolução tecnológica nos sistemas da Fiscalização Ordenada; e a inclusão de novas funcionalidades no SisCOE e nas Fase III (Atos de Pessoal) e IV (Licitações e Contratos) do Sistema Audesp.

11.6. COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Compete à Coordenadoria de Comunicação Social do TCESP, em parceria com a Assessoria de Imprensa, desenvolver ações de comunicação que valorizem a missão constitucional do TCESP.

A unidade, também subordinada à Presidência, é encarregada de produzir as informações necessárias à divulgação pública das decisões do TCESP e de promover iniciativas institucionais.

No 3º trimestre, foram produzidas pela CCS:

- **166 matérias** sobre julgamentos (envolvendo decisões das Câmaras e do Pleno) e institucionais (agenda, seminários, cursos, artigos e eventos internos e externos);
- **64 edições** de notícias públicas no Diário Oficial do Estado.

A tabela a seguir apresenta os principais dados relativos às Redes Sociais em que o TCE-SP está presente:



3.665 curtidas da página no período, totalizando **11.088** desde a abertura da conta oficial do TCESP no Facebook, em 2013.



775 tweets (mensagens encaminhadas) no período, totalizando 6.034 desde 2009 (abertura da conta oficial do TCESP no Twitter)

96 seguidores que se cadastraram no período, totalizando 3.878



269 inscritos no período, totalizando 1.455 desde a abertura da conta oficial do TCESP no YouTube, em 2013

12.408 visualizações no período, totalizando 101.881



98 seguidores que se cadastraram no período, totalizando 1.743 desde a abertura da conta oficial do TCESP no LinkedIn, em 2016



64 seguidores que se cadastraram no período, totalizando 150 desde a abertura da conta oficial do TCESP no Instagram, em 2016.

17 publicações no total



923 fotos postadas no período, totalizando 9.377 desde abertura da conta oficial do TCESP no Flickr, em 2015



11.7. REVISTA DO TCE

No trimestre, o Tribunal lançou a edição nº 139 da Revista do TCE-SP, editada sob a orientação e responsabilidade do Vice-Presidente Conselheiro Renato Martins Costa, conforme o disposto no Inciso VI do Artigo 31 do Regimento Interno da Corte. Com 144 páginas a edição destaca os principais fatos e atividades desenvolvidas dentro e fora do Tribunal no primeiro semestre, além de artigos inéditos escritos por membros do colegiado e servidores da instituição.

A publicação traz como destaque as fiscalizações ordenadas realizadas no primeiro semestre de 2017, a 21ª edição do Ciclo de Debates com Agentes Políticos e Dirigentes Municipais, informações sobre o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM), a realização do Seminário 'Semear Educação', além das metas e ações da atual gestão da Presidência.

Aborda ainda os principais fatos que marcaram o período, e mostra a participação da Corte de Contas paulista em encontros, congressos e eventos ocorridos no interior e capital, bem como na realização de cursos e eventos de capacitação.

Editadas desde o ano de 1957, as publicações do TCESP contemplam informações sobre a Corte de Contas paulista, assuntos fiscais, pedagógicos e doutrinas de interesse público. As edições são impressas pela Imprensa Oficial do Estado e distribuídas gratuitamente, não sendo comercializados anúncios nem assinaturas.

O acervo digital pode ser acessado por meio do link
<https://www4.tce.sp.gov.br/revistas-tce>.

11.8. ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Polícia Militar do Estado de São Paulo atua junto ao TCE pela presença da unidade APMTCE - Assessoria Policial Militar do Tribunal de Contas do Estado, que, além das funções próprias de assessoramento, executa ações de segurança pública e atendimento à população por meio de posto policial instalado nas dependências da Corte.

11.9. CERIMONIAL

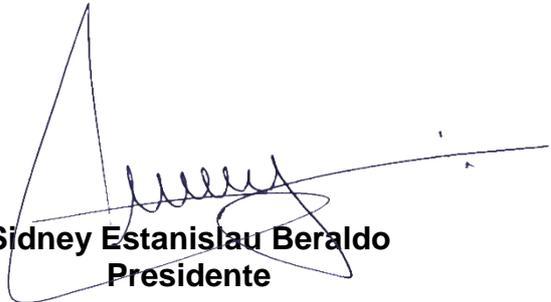
Compete ao Cerimonial acompanhar a agenda do Sr. Presidente (e Conselheiros, quando solicitado), participando da elaboração de roteiros relacionados a visitas externas, eventos e viagens de caráter institucional. Atua, ainda, na recepção de autoridades que visitam o TCESP.

No 3º trimestre de 2017, o Cerimonial esteve presente em **12 eventos internos e 07 externos. Além disso, recepcionou 26 autoridades.**



12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

São esses, em síntese, os dados consolidados do 3º trimestre de 2017, decorrentes de atividades de natureza administrativa e do efetivo exercício do controle externo confiado ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.



Sidney Estanislau Beraldo
Presidente



13. ANEXOS

13.1. ANEXO I – COMUNICADOS EXPEDIDOS PELO TCE-SP

Objetivando difundir novas ações, procedimentos e demais informações afetas às ações fiscalizatórias desta Corte, o Tribunal de Contas do Estado exarou comunicados destinados aos jurisdicionados e ao público em geral, que seguem abaixo e podem ser acessados na página do TCE-SP, no seguinte endereço:

<http://www4.tce.sp.gov.br/comunicados>

| COMUNICADO GP | | | |
|---------------|------------|-----------------------------------------------------------------|----------|
| Área | Comunicado | Título | D.O.E. |
| GP | 31/2017 | LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 27/09/2017 | 30/09/17 |
| GP | 30/2017 | LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 20/09/2017 | 21/09/17 |
| GP | 29/2017 | LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 13/09/2017 | 14/09/17 |
| GP | 28/2017 | LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 06/09/2017 | 07/09/17 |
| GP | 27/2017 | LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 30/08/2017 | 31/08/17 |
| GP | 26/2017 | LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 23/08/2017 | 24/08/17 |
| GP | 25/2017 | LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 16/08/2017 | 18/08/17 |
| GP | 24/2017 | LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 02/08/2017 | 02/08/17 |
| GP | 23/2017 | LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 26/07/2017 | 27/07/17 |
| GP | 22/2017 | LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 19/07/2017 | 20/07/17 |
| GP | 21/2017 | LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 12/07/2017 | 13/07/17 |
| GP | 20/2017 | LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 05/07/2017 | 06/07/17 |
| GP | 19/2017 | LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 28/06/2017 | 29/06/17 |
| GP | 18/2017 | LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 21/06/2017 | 22/06/17 |
| GP | 17/2017 | LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 14/06/2017 | 20/06/17 |
| GP | 16/2017 | LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 07/06/2017 | 08/06/17 |
| GP | 15/2017 | LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 31/05/2017 | 01/06/17 |
| GP | 14/2017 | LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 24/05/2017 | 25/06/17 |
| GP | 13/2017 | LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 17/05/2017 | 18/05/17 |



| COMUNICADO GP | | | |
|---------------|------------|-----------------------------------------------------------------|----------|
| Área | Comunicado | Título | D.O.E. |
| GP | 12/2017 | LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 26/04/2017 | 28/04/17 |
| GP | 11/2017 | LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 19/04/2017 | 20/04/17 |
| GP | 10/2017 | LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 12/04/2017 | 13/04/17 |
| GP | 09/2017 | LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 05/04/2017 | 06/04/17 |
| GP | 08/2017 | LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 29/03/2017 | 30/03/17 |
| GP | 07/2017 | LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 22/03/2017 | 23/03/17 |
| GP | 06/2017 | LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 15/03/2017 | 17/03/17 |
| GP | 05/2017 | LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 08/03/2017 | 09/03/17 |
| GP | 04/2017 | LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 22/02/2017 | 23/02/17 |
| GP | 03/2017 | LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 15/02/2017 | 16/02/17 |
| GP | 02/2017 | LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 08/02/2017 | 09/02/17 |
| GP | 01/2017 | LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 01/02/2017 | 02/02/17 |

| COMUNICADOS SDG | | | |
|-----------------|------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|
| Área | Comunicado | Título | D.O.E. |
| SDG | 23/2017 | Comunicado SDG 23/2017 - Envio de informações sobre lotações | 12/09/17 |
| SDG | 22/2017 | Comunicado SDG 22/2017 - Relação de órgãos ou entidades proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições | 04/08/17 |
| SDG | 21/2017 | Comunicado SDG 21/2017 - Relação de órgãos ou entidades proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições | 04/08/17 |
| SDG | 19/2017 | Comunicado SDG 19/2017 - Processos julgados no 2º TRIMESTRE | 08/07/17 |
| SDG | 18/2017 | Comunicado SDG 18/2017 - Relação de órgãos ou entidades proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições | 04/07/17 |
| SDG | 17/2017 | Relação de órgãos ou entidades proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições | 07/06/17 |
| SDG | 16/2017 | Remessa das informações de licitações, contratos e execução contratual | 31/05/17 |
| SDG | 15/2017 | Processos Julgados no 1º Trimestre | 25/05/17 |
| SDG | 14/2017 | Relação de órgãos ou entidades proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições | 13/05/17 |



| COMUNICADOS SDG | | | |
|-----------------|------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|
| Área | Comunicado | Título | D.O.E. |
| SDG | 13/2017 | Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) | 25/04/17 |
| SDG | 12/2017 | Relação de órgãos ou entidades proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições | 06/04/17 |
| SDG | 11/2017 | Coleta de dados da Fase IV do Sistema AUDESP | 17/04/17 |
| SDG | 10/2017 | Legislação sobre concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições | 18/03/17 |
| SDG | 09/2017 | Fiscalização de acompanhamento de contas anuais de Prefeituras Municipais | 16/03/17 |
| SDG | 08/2017 | Relação de órgãos ou entidades proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições | 04/03/17 |
| SDG | 07/2017 | Calendário do Ciclo de Debates | 24/02/17 |
| SDG | 06/2017 | Alerta sobre decretos de calamidade financeira | 23/02/17 |
| SDG | 05/2017 | Visitas quadrimestrais da Fiscalização | 11/02/17 |
| SDG | 04/2017 | Valor Atualizado de Remessa | 02/02/17 |
| SDG | 03/2017 | Composição do Tribunal Pleno e das Câmaras Julgadoras | 01/02/17 |
| SDG | 02/2017 | Relação de órgãos ou entidades proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições | 02/02/17 |
| SDG | 01/2017 | Relação de órgãos ou entidades proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições | 12/01/17 |



TCE SP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

2017